



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA**  
**FONSECA**

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**  
**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 06/2021**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23063.001412/2021-61**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ**, por meio da Divisão de Licitações (DILIC), sediada na Avenida Maracanã, nº 229 - Bloco A - Sala 206 - Maracanã - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20.271-110, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento de **maior desconto** por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

**Data da sessão:** 09/09/2021

**Horário:** 10:00 h (horário de Brasília-DF).

**Local:** Portal de Compras do Governo Federal - [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

## **1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é o **registro de preços para eventual aquisição de material bibliográfico**, visando atender às necessidades da **Biblioteca do**

**campus Valença do CEFET/RJ**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item, conforme tabela constante no Termo de Referência.

1.3. O critério de julgamento adotado será o maior desconto do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços

## **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no **SICAF**, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

**4.1.2. Para todos os itens da licitação, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, por não envolver aquisições de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica;

4.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. A assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.

4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

- 4.4.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;
  - 4.4.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
  - 4.4.8. Que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da sua empresa, atende as regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. Percentual de desconto
  - 6.1.2. Marca;
  - 6.1.3. Fabricante;
  - 6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo e prazo de validade ou de garantia.
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 7.2.1. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

- 7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo percentual de desconto.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,05%**.
- 7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

- 7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18. O critério de julgamento adotado será o maior desconto, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 7.21.1. No país;
  - 7.21.2. Por empresas brasileiras;
  - 7.21.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 7.21.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.22. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.23.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
  - 7.23.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo estabelecido no “chat” (prazo não inferior a duas horas), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto (prazo não inferior a duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.



8.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo estabelecido pelo pregoeiro no “chat” (prazo não inferior a duas horas), sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

**9.8. Habilitação jurídica:**

9.8.1.No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2.Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

9.8.3.No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4.Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5.No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6.No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7.No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

9.8.8.Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.9.1.Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2.Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da

Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.9.3.Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5.Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6.Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante; relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9.9.7.Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.9.8.Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

#### 9.10. Qualificação Técnica

9.10.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.10.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.10.1.1.1. o licitante deverá comprovar aptidão para desempenho da atividade da empresa, por meio de no **mínimo 01 (um) atestado ou declaração de capacidade técnica**, em papel timbrado, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com a **comprovação de fornecimento de bens**, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (Inciso II, art. 30 da Lei 8666/93).

9.10.1.1.2. Considera-se compatível em quantidades com objeto da licitação, relativamente aos itens para os quais o atestado de capacidade técnica esteja sendo solicitado: a comprovação de fornecimento dos bens que atenda ao total ou, se for o caso, que atenda ao percentual de pelo menos 50% do quantitativo estabelecido no presente Termo de Referência para o item pertinente.

9.10.1.2. O licitante poderá apresentar mais de um atestado de capacidade técnica, podendo ser aceito o somatório dos atestados apresentados, para fins de comprovação da aptidão exigida.

9.10.1.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo o pregoeiro fazer diligências junto à empresa sempre que julgar necessário.

9.11. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.12.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.13. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante vencedor será convocado para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o

Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo estipulado pelo Pregoeiro no “chat” (prazo não inferior a 2 (duas) horas), a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

- 10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## 11. DOS RECURSOS

- 11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o **prazo de no mínimo 20 (vinte) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **03 (três) dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **03 (três) dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## 12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.

Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, **sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.**

### **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

### **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação devido ao baixo risco atrelado à execução do objeto.



## 15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

- 15.1. Observadas as disposições contidas no Termo de Referência, anexo a este Edital de Licitação, não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação, complementar à legal, mas deverá prevalecer a garantia ofertada pelo fabricante em caso de prazo maior que a garantia legal.

## 16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 16.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante a entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.
- 16.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 16.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 16.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, quando for o caso, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

## 17. DA NOTA DE EMPENHO EQUIVALENTE AO TERMO DE CONTRATO

- 17.1. Após a homologação da licitação, dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, em sendo realizada a contratação, **será emitida Nota de Empenho equivalente ao Termo de Contrato**. O adjudicatário receberá, por meio eletrônico, **link do portal da transparência da Nota de Empenho referente à contratação**.
- 17.2. O Aceite da Nota de Empenho, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 17.2.1. A referida Nota está substituindo o Termo de Contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

- 17.2.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 17.2.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 17.3. O prazo de vigência da contratação decorrente da Ata de Registro de Preços será contado a partir do recebimento da Nota de Empenho e abrangerá os prazos estipulados no Termo de Referência, anexo do Edital, para entrega do objeto, recebimento e consequente pagamento à contratada, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, §1º, da Lei 8.666/93.
- 17.4. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao **SICAF** para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao **CADIN**.
- 17.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 17.5. Na assinatura da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da ata de registro de preços.
- 17.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ata de registro de preços.

## **18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

- 18.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **21. DO PAGAMENTO**

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21.1.1. Não será admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, uma vez que, para fins de contratação, o Termo de Contrato será substituído por outro instrumento hábil (Nota de Empenho), nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/1993.

## **22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

22.1.3. Apresentar documentação falsa;

22.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.6. Não mantiver a proposta;

22.1.7. Cometer fraude fiscal;

22.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.

22.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

22.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como **ME/EPP** ou o

conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

- 22.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 22.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
  - 22.4.2. Multa de **5 % (cinco por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
  - 22.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - 22.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.
  - 22.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 22.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 22.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 22.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 22.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 22.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 22.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

- 22.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 22.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF**.
- 22.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

### **23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 23.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 23.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 23.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 23.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

### **24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 24.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **licitacoes@cefet-rj.br (fazendo referência ao número do Pregão no título do e-mail)**.
- 24.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 24.5. Os **pedidos de esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

24.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## **25. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

25.1. Este Edital observará em todas as fases do procedimento licitatório as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, a apresentação de documentos físicos, copiados ou impressos, apenas quando necessário, preferencialmente através de papel reciclado, e de forma a não frustrar a competitividade.

25.2. As demais disposições sobre sustentabilidade ambiental encontram-se previstas no Termo de Referência, anexo a este Edital de Licitação.

## **26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

26.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

26.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

26.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

26.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

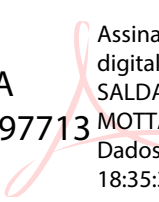
26.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

- 26.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 26.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 26.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 26.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico **[www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)**.
- 26.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 26.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;
  - 26.12.2. ANEXO I-A - Estudo Técnico Preliminar;
  - 26.12.3. ANEXO II - Modelo de Proposta;
  - 26.12.4. ANEXO III – Dados Cadastrais da Empresa;
  - 26.12.5. ANEXO IV – Minuta de Ata de Registro de Preços.

Rio de Janeiro,..... de ..... de .....

**Aprovo** o presente Edital e seus Anexos,

MAURICIO  
SALDANHA  
MOTTA:9497713  
5768



Assinado de forma  
digital por MAURICIO  
SALDANHA  
MOTTA:94977135768  
Dados: 2021.08.19  
18:35:33 -03'00'

**MAURICIO SALDANHA MOTTA**  
Diretor-Geral do CEFET/RJ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA  
CELSO SUCKOW DA FONSECA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 06/21

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23063.001412/2021-61

COMPRAS

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para a eventual aquisição de material bibliográfico (livros em geral), publicados em língua portuguesa e língua inglesa, dentro do Brasil, disponível para aquisição no mercado livreiro nacional, visando atender às necessidades da Biblioteca do campus Valença do CEFET/RJ, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL SEM Desconto (R\$)	Percentual mínimo de desconto	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$) COM DESCONTO MÍNIMO
1	Livros publicados em língua portuguesa e língua inglesa, nas áreas de Filosofia, Sociologia, Direito, Literatura, Engenharia, Física, Química, Biotecnologia, Tecnologia de Alimentos, Nutrição, Pesca, Economia, Administração, Contabilidade e temas correlatos.	150515	Unidade	122	R\$ 24.289,60	25%	R\$ 18.217,20

1.1. Havendo divergência entre a especificação do bem constante no Termo de Referência e a descrição contida no Catálogo de Materiais (CATMAT) do SIASG, deverá prevalecer a especificação do Termo de Referência.

1.2. As necessidades específicas do CEFET/RJ têm por estimativas de consumo individualizadas os seguintes quantitativos:



REQUISIÇÃO MÍNIMA	
ITEM	VALENÇA
1	30

REQUISIÇÃO MÁXIMA	
ITEM	VALENÇA
1	122

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução, como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os bens a serem adquiridos classificam-se como bens comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520, de 2002.

## 5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

5.1. Os bens descritos no Termo de Referência deverão, sempre que possível, seguir os critérios de sustentabilidade ambiental elencados no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, alterado pelo Decreto nº 9.178/2017, observando-se: a origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens; o baixo impacto sobre recursos naturais; a maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia, quando couber; e a maior vida útil e menor custo de manutenção do bem.

5.2. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, também deverão ser observados os seguintes critérios elencados no art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1 de 19 de janeiro de 2010:

5.2.1. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que

utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

5.2.2. Quando for o caso, que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5.3. Caso necessário, poderá ser solicitada a apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências estabelecidas.

## **6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

6.1. Os bens serão adquiridos conforme a necessidade do CEFET/RJ.

6.2. Havendo contratação decorrente da Ata de Registro de Preços, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente (Nota de Empenho), conforme definido no Edital de Licitação.

6.2.1. Os bens e respectivos quantitativos, que forem solicitados a cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços, deverão ser entregues em remessa única, no prazo máximo de **30 (trinta) dias** e no campus do CEFET/RJ para o qual se destina a aquisição.

6.2.2. A entrega dos bens deverá ser efetuada em dia útil no Campus Valença do CEFET/RJ, situado à Rua Voluntários da Pátria, número 30, bairro Belo Horizonte, Valença – RJ CEP 27.600-000, das 10 às 16 horas. Telefone: (24) 2453-0215/ (24) 998813-7846. E-mail: pablo.amorim@cefet-rj.br

6.2.3. O Campus Valença do CEFET/RJ solicitará à Contratada, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os livros a serem entregues, dentro dos temas relacionados na tabela do item 1, indicando o título, autor, editora e ISBN.

6.2.4. A Contratada deverá, dentro de 5 (cinco) dias úteis improrrogáveis, contados do recebimento da solicitação descrita no subitem 6.2.3, enviar ao Campus Valença do CEFET/RJ o orçamento dos livros solicitados, de acordo com os valores das tabelas / catálogos oficiais das editoras, aplicando o percentual de desconto ofertado no Pregão Eletrônico.

6.2.4.1. Junto ao orçamento, a contratada deverá enviar como anexo, as tabelas / catálogos oficiais das editoras para comprovação dos preços dos livros.

6.2.4.2. Nos casos de inexistência de tabelas / catálogos das editoras, e nos casos de edição própria do autor, desde que devidamente comprovada pela contratada a inexistência de tabelas / catálogos oficiais, serão aceitas consultas aos sítios eletrônicos oficiais das editoras / autores, para comprovação do preço oficial, sobre o qual será aplicado o percentual de desconto.

6.2.4.3. Caso o orçamento enviado contenha algum erro, o Campus Valença do CEFET/RJ entrará em contato com a Contratada, e mesma deverá enviar o orçamento devidamente corrigido dentro de 2 (dois) dias úteis improrrogáveis.

6.2.5. Caso alguma obra requisitada esteja esgotada ou ainda em edição, a Contratada deverá comprovar tal situação, mediante encaminhamento de declaração da respectiva editora.

6.2.6. Comprovada a situação descrita no subitem acima, o Campus Valença do CEFET/RJ poderá:

6.2.6.1. Solicitar posteriormente o mesmo livro, desde que ainda esteja vigente a Ata de Registro de Preços,

6.2.6.2. Solicitar à Contratada outra obra, em substituição ao livro que não pôde ser entregue, desde que esteja dentro dos assuntos relacionados na tabela do item 1.1, e o quantitativo total da Ata de Registro de Preços não tenha sido atingido;

6.2.7. Após a aprovação do orçamento pelo Campus Valença do CEFET/RJ, será emitida e enviada para a Contratada a NOTA DE EMPENHO, e a mesma deverá providenciar a entrega dos livros, nos termos do subitem 6.2.1.

6.2.8. O livro a ser entregue deverá corresponder à edição mais atualizada em circulação no mercado, na data de sua entrega, salvo nos casos em que houver prévia justificativa da detentora do preço registrado, aceita pelo gestor do contrato, ou nos casos em que a própria Administração solicitar uma edição específica;

6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.6. Os materiais bibliográficos poderão ser recusados nos seguintes casos:

6.6.1. quando entregues com especificações diferentes das solicitadas, como por exemplo, com a edição mais antiga do que a solicitada na nota de empenho;

6.6.2. quando apresentarem qualquer defeito, como falhas de impressão, dobraduras, cadernos defeituosos e outras falhas não aceitas pelo gestor do contrato;

6.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.8. O transporte e o seguro decorrentes da entrega do material deverão ser por conta da Contratada desde a origem até o local da entrega.

6.9. A Contratada deverá apresentar a nota fiscal/fatura contendo o mesmo CNPJ da nota de empenho para efeito de pagamento.

6.10. Ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, poderão ser objeto de aquisição os livros produzidos por qualquer uma das editoras listadas abaixo, e outras que vierem a ser indicadas pelo **Campus Valença do CEFET/RJ**:

Facta	UFLA	LTC	Atlas	Guanabara Koogan
Editora da UFRGS	Atheneu	McGraw-Hill	Elsevier	Fórum
Martins Fontes	Planta	Centro de Produções Técnicas e Editora	Livros Técnicos e Científicos	EDUSP
UFG	UFV/CPT	Rocco	Companhia das Letras	Scipione
Mercado das Letras	Edições 70	Cengage Learning	UNESP	Saraiva
Edgard Blucher	McGraw-Hill	Garamond	Harbra	Jorge Zahar
Rubio	IMPA	ITAL	Cárita	FGV
Pearson Prentice Hall	Makron Books	Clube de autores	Varela	Pioneira
Atual	Moderna	Átomo	Pearson Education	Nobel
Contexto	Roca	Objetiva	Thomson Learning	DESA, Universidade Federal de Minas Gerais
Artmed	Pearson Makron Books	Record	Contexto	Papirus
Manole	Summus	EDuff	Pubifolha	

## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

#### 7.1. São obrigações da Contratante:

- 7.1.1.Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.2.Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3.Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4.Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5.Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 8.1.1.Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 8.1.2.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.3.Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.1.4.Comunicar à Contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.5.Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.6.Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 8.1.7.Efetuar a entrega do objeto de acordo com as especificações e demais condições estipuladas nesse Termo de Referência;

8.1.8. Efetuar a entrega de materiais novos, de primeiro uso, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor;

8.1.9. Cumprir, rigorosamente, os prazos estabelecidos sujeitando-se às penalidades e multas descritas no Edital e Anexos;

8.1.10. Responsabilizar-se, às suas expensas, pelo transporte e seguro em decorrência da entrega dos materiais desde a origem até o local de entrega;

8.1.11. Apresentar a nota fiscal/fatura contendo o mesmo CNPJ da nota de empenho para efeito de pagamento.

8.2. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme § 1º do Art. 65 da Lei 8.666, de 1993.

## **9. DA SUBCONTRATAÇÃO**

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

11.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao **SICAF** para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

- 12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos moratórios;  
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;  
VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

I = (TX)      TX = Percentual da taxa anual = 6%

### 13. DO REAJUSTE

- 13.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.



- 13.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **IPCA/IBGE** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 13.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 13.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 13.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 13.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 13.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 13.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **14. DO PRAZO DE GARANTIA DOS BENS**

- 14.1. A contratada deverá prestar garantia aos bens pelo período mínimo determinado pelo Código de Defesa do Consumidor, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. Prevalecerá a garantia ofertada pelo fabricante em caso de prazo maior.
- 14.2. A contratada deverá fornecer, durante a vigência do prazo de garantia, meios de comunicação, tais como: e-mails, telefones fixos e celulares, para que a contratante acione a devida assistência em caso de problemas com o objeto.
- 14.3. Os bens deverão ser novos, de primeiro uso e qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor.
- 14.4. Deverá ser possível a abertura de chamados, através da Internet ou telefone.

#### **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5. Cometer fraude fiscal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

15.2.3. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

15.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

15.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste Termo de Referência.

15.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

15.3. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.5, 15.2.6 e 15.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

- 15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 15.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - 15.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - 15.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, caso exigida, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 15.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF**.

## 16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 16.1. O custo estimado da contratação encontra-se previsto nos valores monetários constantes na tabela de especificação do objeto, disposta no presente Termo de Referência.

## 17. DOS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 17.1. Durante a fase de habilitação, o licitante deverá apresentar no **mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica**, em papel timbrado, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para fornecimento de bens, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

- 17.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas, em relação ao(s) item(ns) da tabela de especificação do objeto da licitação abaixo discriminado(s):

- 17.1.1.1. Relativamente ao item nº 1 da licitação.: O licitante deverá comprovar experiência no fornecimento de bens com características compatíveis com as indicadas na descrição do objeto e que atenda ao percentual de pelo menos 50 % do quantitativo estabelecido no presente Termo de Referência para o item pertinente.

Valença, 02 de junho de 2021.

---

Pâmella Priscilla Negrão Braga

Bibliotecária do campus Valença do CEFET-RJ



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA  
CELSO SUCKOW DA FONSECA**

**ANEXO I – A  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/ 21  
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23063.001412/2021-61**

**1. NÚMERO DO PROCESSO**

**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A aquisição de material bibliográfico (livros em geral), publicados em língua portuguesa e língua inglesa, dentro do Brasil, disponível para aquisição no mercado livreiro nacional tem como finalidade complementar e atualizar o acervo da biblioteca do campus Valença. Os livros requisitados visam atender as bibliografias básicas e complementares dos cursos oferecidos no campus, contribuindo para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, tendo como público-alvo os alunos, docentes, técnico-administrativos, além de toda a comunidade local.

**3. ÁREA REQUISITANTE**

Biblioteca do campus Valença do CEFET/RJ

**4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A especificação dos itens e os requisitos mínimos de qualidade seguem na tabela abaixo:

ITEM	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO
1	150515	Livros publicados em língua portuguesa e língua inglesa, nas áreas de Filosofia, Sociologia, Direito, Literatura, Engenharia, Física, Química, Biotecnologia, Tecnologia de Alimentos, Nutrição, Pesca, Economia, Administração, Contabilidade e temas correlatos.

Com relação à entrega dos itens, a mesma deverá ser feita de acordo com a necessidade do CEFET/RJ, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do Termo de Contrato ou do recebimento do instrumento equivalente (nota de empenho), conforme a ser definido no Edital de Licitação.

A entrega dos livros deverá ser efetuada em dia útil no(a) Setor de Almoxarifado e Patrimônio do Campus Valença do **CEFET/RJ**, situado à Rua Voluntários da Pátria, nº 30, bairro Belo Horizonte, Valença - RJ das 08h às 17h. Tel. (24) 2453-0214.

Os itens serão recebidos provisoriamente no **ato da entrega**, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os livros serão recebidos definitivamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

Os itens a serem adquiridos classificam-se como bens comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520, de 2002.

O transporte e o seguro decorrentes da entrega do material deverão ser por conta da Contratada desde a origem até o local da entrega.

#### **Com relação aos critérios de sustentabilidade:**

Os materiais referentes a este estudo deverão, sempre que possível, seguir os critérios de sustentabilidade ambiental elencados no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, alterado pelo Decreto nº 9.178/2017, observando-se: a origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens; o baixo impacto sobre recursos naturais; a maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia, quando couber; e a maior vida útil e menor custo de manutenção do bem.

Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, também deverão ser observados os seguintes critérios elencados no art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1 de 19 de janeiro de 2010:

Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

Quando couber, que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (**Restriction of Certain Hazardous Substances**), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

A comprovação dos critérios de sustentabilidade poderá ser feita mediante certificação emitida por Instituição pública oficial, ou por instituição credenciada.

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foi realizado um levantamento considerando contratações similares feitas por outros órgãos e entidades e foi identificado que a solução que já vinha sendo adotada pelo campus Valença em aquisições anteriores, ainda é amplamente utilizada, sendo a aquisição dos livros, mediante a adoção pelo sistema de registro de preços, com o critério de maior desconto, com a inclusão de desconto mínimo percentual sobre o valor de capa da tabela das editoras de livros, conforme abaixo:

Pregão	UASG	Órgão	Objeto
01/2020	158498	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Campus Rondonópolis	Registro de preços para aquisição eventual de Livros Nacionais e Estrangeiros disponíveis no mercado interno e Livros Importados, mediante MAIOR DESCONTO, com fornecimento parcelado. O critério de julgamento adotado será de MAIOR desconto sobre o valor de capa
39/2020	150182	Universidade Federal Fluminense	Eventual aquisição de livros nacionais e estrangeiros, pelo maior desconto do preço de capa.
61/2020	154069	Universidade federal de São João Del Rei	- O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de material bibliográfico, apurado através do Edital 001/2020/UFSJ/PROEN/DIBIB, visando adquirir material bibliográfico da referência básica das unidades curriculares obrigatórias previstas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Graduação. O critério de julgamento adotado será o maior desconto do item
03/2020	158383	Instituto Federal do Alagoas/ Campus Palmeira dos Índios	Aquisição de ACERVO BIBLIOGRÁFICO para o IFAL, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, utilizando o critério de MAIOR DESCONTO, que será aplicado sobre o 'valor de capa' ou 'valor de tabela' praticado pelas editoras/distribuidoras.

01/2020	158973	IFCE – Campus de Maranguape	Constitui objeto do presente pregão, selecionar para possível contratação, pessoa jurídica para fornecimento de acervo bibliográfico - constituído de livros - para atender as necessidades do IFCE – Campus de Maranguape e órgãos participantes, pelo Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento de maior percentual de desconto a ser aplicado de forma linear sobre o valor oficial, vigente no mês de faturamento, do catálogo da editora dos materiais eventualmente requisitados que componham cada área de conhecimento
---------	--------	-----------------------------	--

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Registro de preços para a eventual aquisição de material bibliográfico (livros em geral), publicados em língua portuguesa e língua inglesa, dentro do Brasil, disponível para aquisição no mercado livreiro nacional, visando o atendimento das necessidades da biblioteca do campus Valença do CEFET/RJ.

O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, aferido por maior desconto, sobre o preço de capa dos livros, de acordo com a tabela de preços das editoras.

A escolha pela adoção do sistema de registro de preços se justifica pela necessidade de contratações frequentes, assim como, por ser mais conveniente para a Administração que as aquisições ocorram de forma parcelada, dentro do contexto legal enquadrado nas hipóteses do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013.

Durante a fase de habilitação, o licitante deverá comprovar aptidão para desempenho da atividade da empresa, por meio de no **mínimo 01 (um) atestado ou declaração de capacidade técnica**, em papel timbrado, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com a **comprovação de fornecimento de bens**, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (Inciso II, art. 30 da Lei 8666/93)

A aquisição dos bens dar-se-á mediante a necessidade do CEFET/RJ.

Havendo contratação, decorrente da Ata de Registro de Preços, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente (Nota de Empenho), conforme definido no Edital de Licitação.

A contratada deverá entregar os bens nos quantitativos estabelecidos no instrumento de contratação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias e no campus do CEFET/RJ para o qual se destina a aquisição.



A entrega dos bens deverá ser efetuada em dia útil no campus Valença do CEFET/RJ, situado à Rua Voluntários da Pátria, nº 30 - Belo Horizonte - Valença – RJ. CEP: 27600-000, das 08:00 h às 17:00 h. Telefone: (24) 2453-0215.

O Campus Valença do CEFET/RJ solicitará à Contratada, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os livros a serem entregues, dentro dos temas relacionados na especificação do item, indicando o título, autor, editora e ISBN.

A Contratada deverá, dentro de 5 (cinco) dias úteis improrrogáveis, contados do recebimento da solicitação descrita acima, enviar ao Campus Valença do CEFET/RJ o orçamento dos livros solicitados, de acordo com os valores das tabelas / catálogos oficiais das editoras, aplicando o percentual de desconto ofertado no Pregão Eletrônico.

Junto ao orçamento, a contratada deverá enviar como anexo, as tabelas / catálogos oficiais das editoras para comprovação dos preços dos livros.

Nos casos de inexistência de tabelas / catálogos das editoras, e nos casos de edição própria do autor, desde que devidamente comprovada pela contratada a inexistência de tabelas / catálogos oficiais, serão aceitas consultas aos sítios eletrônicos oficiais das editoras / autores, para comprovação do preço oficial, sobre o qual será aplicado o percentual de desconto.

Caso o orçamento enviado contenha algum erro, o Campus Valença do CEFET/RJ entrará em contato com a Contratada, e mesma deverá enviar o orçamento devidamente corrigido dentro de 2 (dois) dias úteis improrrogáveis.

Caso alguma obra requisitada esteja esgotada ou ainda em edição, a Contratada deverá comprovar tal situação, mediante encaminhamento de declaração da respectiva editora.

Comprovada a situação descrita acima, o Campus Valença do CEFET/RJ poderá:

Solicitar posteriormente o mesmo livro, desde que ainda esteja vigente a Ata de Registro de Preços.

Solicitar à Contratada outra obra, em substituição ao livro que não pôde ser entregue, desde que esteja dentro dos assuntos relacionados especificação do item, e o quantitativo total da Ata de Registro de Preços não tenha sido atingido.

Após a aprovação do orçamento pelo Campus Valença do CEFET/RJ, será emitida e enviada para a Contratada a NOTA DE EMPENHO, e a mesma deverá providenciar a entrega dos livros.

O livro a ser entregue deverá corresponder à edição mais atualizada em circulação no mercado, na data de sua entrega, salvo nos casos em que houver prévia justificativa da detentora do preço registrado, aceita pelo gestor do contrato, ou nos casos em que a própria Administração solicitar uma edição específica.

## 7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A quantidade a ser adquirida foi baseada no levantamento de livros necessários para complementar e atualizar o acervo da Biblioteca. A planilha com a memória de cálculo contendo os títulos e as respectivas quantidade de exemplares segue abaixo:

ITEM/DESCRIÇÃO	FINALIDADE ESPECÍFICA DO INVESTIMENTO	USUÁRIOS PÚBLICO ALVO	NÚMERO ESTIMADO DE USUÁRIOS PÚBLICO ALVO	QUANTIDADE DE EXEMPLARES
FARIA, Douglas Emídio de et. al. <b>Produção e processamento de ovos de poedeiras comerciais.</b> Campinas: FACTA, 2019. 608 p. ISBN 9788589327091	Atender a demanda de livros que abordem especificamente o tema Tecnologia de Ovos, visto que há ausência de títulos no acervo que abordem esse assunto.	Alunos do curso Ensino Médio Integrado Técnico em Alimentos	30	5
OLIVEIRA, B.L.; OLIVEIRA, D.D. <b>Qualidade e tecnologia de ovos.</b> Lavras: Ed. UFLA, 2013. 224 p. ISBN 9788581270319	Atender a demanda de livros que abordem especificamente o tema Tecnologia de Ovos, visto que há ausência de títulos no acervo que abordem esse assunto.	Alunos do curso Ensino Médio Integrado Técnico em Alimentos	30	5
HIMMELBLAU, David; RIGGS, James. <b>Engenharia Química: Princípios e Cálculos.</b> 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017. ISBN: 9788521626084	Atender a demanda de livros para a disciplina optativa do curso de Engenharia de Alimentos, visto que há ausência de títulos no acervo para essa disciplina.	Alunos do curso de Graduação em Engenharia de Alimentos	25	3
GOMES, Luiz Flavio Autran Monteiro; GOMES, Carlos Francisco Simões. <b>Princípios e métodos para tomada de decisão gerencial: enfoque multicritério.</b> 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019. ISBN 9788597018462	Atender a demanda de livros para a disciplina optativa "Gerenciamento e Tomada de Decisão" do curso de Graduação em Administração, visto que há ausência de títulos no acervo para essa disciplina.	Alunos do curso de Graduação em Administração	30	4

FERREIRA , Gonzaga. <b>Negociação:</b> Como Usar a Inteligência e a Racionalidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. ISBN 9788522474622	Atender a demanda de livros para a disciplina "Negociação e arbitragem" do curso de Graduação em Administração, visto que há ausência de títulos no acervo para essa disciplina.	Alunos do curso de Graduação em Administração	30	4
KRAEMER, William J.; FLECK, Steven J.; DESCHENES, Michael R. Fisiologia do Exercício: Teoria e Prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. ISBN 9788527730228	Livro básico da disciplina de Educação Física dos cursos Ensino Médio Integrado em Química e Ensino Médio Integrado em Alimentos. Além do mais, não há livros disponíveis para essa disciplina no acervo.	Alunos do curso Ensino Médio Integrado Técnico em Alimentos e Integrado Técnico em Química	60	4
PINTO, J.R.L. <b>Economia Solidária: de volta à arte da associação.</b> Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. ISBN 9788570258588	Atender a demanda de livros para a disciplina optativa "Economia Solidária" do curso de Graduação em Administração, visto que há ausência de títulos no acervo para essa disciplina.	Alunos do curso de Graduação em Administração	30	4
CHANG, Raymond. <b>Química geral: conceitos essenciais.</b> 4. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2010. ISBN 9788563308047	Atender a alta demanda desse título sendo o quarto livro mais reservado pelos usuários dos cursos de graduação em Engenharia de Alimentos e do Ensino Médio Integrado Técnico em Química. Atualmente a Biblioteca possui apenas 2 exemplares desse título.	Alunos do curso Ensino Médio Integrado Técnico em Química e de Graduação em Engenharia de Alimentos	55	7
MURPHY, Raymond. <b>Essential grammar use: gramática básica da língua inglesa: com respostas.</b> 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. ISBN 9788561635688	Livro básico da disciplina de Inglês dos cursos Ensino Médio Integrado em Química e Integrado em Alimentos. Além do mais, não há livros disponíveis para essa disciplina no acervo.	Alunos do curso Ensino Médio Integrado Técnico em Alimentos e Integrado Técnico em Química	60	4

VANERLI, Beloti. <b>Leite: obtenção, inspeção e qualidade.</b> Londrina: Editora Planta, 2015. ISBN 9788599144077	Atender a demanda de livros com conteúdo atualizado sobre a Matéria-prima Leite e Tecnologia de Leite.	Alunos do curso Ensino Médio Integrado Técnico em Alimentos	30	5
NERO, Luis Augusto; CRUZ, Adriano Gomes; BERSOT, Luciano dos Santos. <b>Produção, processamento e fiscalização de leite e derivados.</b> São Paulo: Atheneu Editora, 2017. ISBN 9788538807391	Atender a demanda de livros com conteúdo atualizado sobre a Matéria-prima Leite e Tecnologia de Leite.	Alunos do curso Ensino Médio Integrado Técnico em Alimentos	30	5
VIEGAS, Elisabete Maria Macedo; RODRIGUES, Maria Luiza. Curso Técnicas de Processamento de Peixes. Viçosa, MG: Centro de Produções Técnicas e Editora, 2015. (Cursos CPT). ISBN 9788576014492	Propiciará maior interação/complementação junto ao conteúdo teórico-prático da disciplina Tecnologia de Alimentos, o que nem sempre é possível vivenciar em aula prática.	Alunos do curso Ensino Médio Integrado Técnico em Alimentos	30	1
FERREIRA, Célia Lúcia de Lucas Fortes. <b>Curso de Produção de Queijo Minas Frescal, Mussarela e Gouda.</b> Viçosa, MG: Centro de Produções Técnicas e Editora, 2015. (Cursos CPT). ISBN 9788576011271	Propiciará maior interação/complementação junto ao conteúdo teórico-prático da disciplina Tecnologia de Alimentos, o que nem sempre é possível vivenciar em aula prática.	Alunos do curso Ensino Médio Integrado Técnico em Alimentos	30	1
FERREIRA, Célia Lúcia de Lucas Fortes. <b>Curso Produção de iogurte, bebida láctea, doce de leite e requeijão cremoso.</b> Viçosa, MG: Centro de Produções Técnicas e Editora, 2015. (Cursos CPT). ISBN 9788576011794	Propiciará maior interação/complementação junto ao conteúdo teórico-prático da disciplina Tecnologia de Alimentos, o que nem sempre é possível vivenciar em aula prática.	Alunos do curso Ensino Médio Integrado Técnico em Alimentos	30	1

FERREIRA, Célia Lúcia de Lucas Fortes. <b>Curso Produção de Queijo Minas Padrão, Prato e Provolone.</b> Viçosa, MG: Centro de Produções Técnicas e Editora, 2015. (Cursos CPT). ISBN 8576011514	Propiciará maior interação/complementação junto ao conteúdo teórico-prático da disciplina Tecnologia de Alimentos, o que nem sempre é possível vivenciar em aula prática.	Alunos do curso Ensino Médio Integrado Técnico em Alimentos	30	1
SOUZA, Juliano Gomide. <b>Curso Instalação de Queijaria e Controle de Qualidade.</b> Viçosa, MG: Centro de Produções Técnicas e Editora, 2015. (Cursos CPT). ISBN 85-7601-177-8	Propiciará maior interação/complementação junto ao conteúdo teórico-prático da disciplina Tecnologia de Alimentos, o que nem sempre é possível vivenciar em aula prática.	Alunos do curso Ensino Médio Integrado Técnico em Alimentos	30	1
FERREIRA, Célia Lúcia de Lucas Fortes. <b>Curso Produção de Queijo do Reino, Cottage, Coalho e Ricota.</b> Viçosa, MG: Centro de Produções Técnicas e Editora, 2015. (Cursos CPT). ISBN 85-7601-144-1	Propiciará maior interação/complementação junto ao conteúdo teórico-prático da disciplina Tecnologia de Alimentos, o que nem sempre é possível vivenciar em aula prática.	Alunos do curso Ensino Médio Integrado Técnico em Alimentos	30	1
FERREIRA, Célia Lúcia de Lucas Fortes. <b>Curso Produção de Manteiga, Coalhada e Requeijão em Barra.</b> Viçosa, MG: Centro de Produções Técnicas e Editora, 2015. (Cursos CPT). ISBN 9788576011735	Propiciará maior interação/complementação junto ao conteúdo teórico-prático da disciplina Tecnologia de Alimentos, o que nem sempre é possível vivenciar em aula prática.	Alunos do curso Ensino Médio Integrado Técnico em Alimentos	30	1
CORDEIRO, Paulo Roberto Celles. <b>Curso Industrialização de Leite de Cabra.</b> Viçosa, MG: Centro de Produções Técnicas e Editora, 2015. (Cursos	Propiciará maior interação/complementação junto ao conteúdo teórico-prático da disciplina Tecnologia de Alimentos, o que nem sempre é possível vivenciar em aula prática.	Alunos do curso Ensino Médio Integrado Técnico em Alimentos	30	1

CPT). ISBN 97888576013211				
GUEDES, André Luis de Almeida. <b>Curso Produção de Queijo de Leite de Cabra</b> . Viçosa, MG: Centro de Produções Técnicas e Editora, 2015. (Cursos CPT). ISBN 97888576013358	Propiciará maior interação/complementação junto ao conteúdo teórico-prático da disciplina Tecnologia de Alimentos, o que nem sempre é possível vivenciar em aula prática.	Alunos do curso Ensino Médio Integrado Técnico em Alimentos	30	1
HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. <b>Fundamentos de física, v.1: Mecânica</b> . 10.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2016. ISBN 9788521630357	Atender a alta demanda desse título, sendo um dos livros mais emprestados e reservados pelos usuários Além disso, a disciplina Física I possui atualmente mais de 20 alunos matriculados e ainda é requisitado por outras disciplinas (Física II, Física III, Física Experimental, entre outras).	Alunos do curso de Graduação em Engenharia de Alimentos	25	6
HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. <b>Fundamentos de física, v.2: Gravitação, Ondas e Termodinâmica</b> . 10.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2016. ISBN 9788521630364	Atender a alta demanda desse título, sendo um dos livros mais emprestados e reservados pelos usuários Além disso, a disciplina Física II possui atualmente mais de 20 alunos matriculados e ainda é requisitado por outras disciplinas (Física III, Física Experimental, entre outras).	Alunos do curso de Graduação em Engenharia de Alimentos	25	6
HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. <b>Fundamentos de física, v.3: eletromagnetismo</b> . 10.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e	Atender a alta demanda desse título, sendo um dos livros mais emprestados e reservados pelos usuários Além disso, a disciplina Física II possui atualmente mais de 20 alunos matriculados e ainda é	Alunos do curso de Graduação em Engenharia de Alimentos	25	6

Científicos, 2016. ISBN 9788521630371	requisitado por outras disciplinas (Física Experimental, entre outras).			
WELTY, James; RORRER, Gregory; FOSTER, Davis. <b>Fundamentos de Transferência de Momento, de calor e de Massa. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017. ISBN: 9788521634188</b>	Livro de bibliografia básica da disciplina de Transferência de Calor e Massa e de bibliografia complementar da disciplina Mecânica dos Fluidos	Alunos do curso de Graduação em Engenharia de Alimentos	25	5
ROSS, Jurandir Luciano Sanches. (Org.). <b>Geografia do Brasil.</b> São Paulo: Edusp, 2019. ISBN 9788531402425	Livro de bibliografia básica para os alunos do Ensino Médio Integrado Técnico em Alimentos e Integrado Técnico em Química	Alunos dos cursos do Ensino Médio Integrado Técnico em Alimentos e Integrado Técnico em Química	60	4
PARDI, Miguel Cione et al. <b>Ciência, higiene e tecnologia da carne, v.2.</b> 2.ed. rev. e ampl. Goiânia, GO: UFG, Editora, 2005. 634-1150 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 8572747887	Atender a alta demanda desse título, que é utilizado para três disciplinas do curso de Engenharia de Alimentos. Atualmente só há dois exemplares disponíveis na Biblioteca.	Alunos do curso de Graduação em Engenharia de Alimentos	25	4
FAUSTO, Boris. <b>História do Brasil.</b> 14. ed. São Paulo: EdUSP, 2012. ISBN 9788531413520	Livro de bibliografia básica para os alunos dos cursos do Ensino Médio Integrado Técnico em Alimentos e Integrado Técnico em Química	Alunos dos cursos do Ensino Médio Integrado Técnico em Química e Técnico em Alimentos	60	4
CASTELLAN, Gilbert. <b>Fundamentos de físico-química.</b> Rio de Janeiro: LTC, 1986. ISBN 9788521604891	Atender a alta demanda desse título, sendo o quinto livro mais reservado pelos usuários. Livro utilizado em três	Alunos do curso de Graduação em Engenharia de Alimentos	25	4

	disciplinas, sendo dois relacionados à bibliografia básica e um à bibliografia complementar.			
BARBOSA, Rildo Pereira; IBRAHIN, Francini Imeni Dias. <b>Resíduos Sólidos:</b> Impactos, manejo e gestão ambiental. São Paulo: Érica, 2014. ISBN 9788536508665	Material de apoio para as aulas da disciplina de Tratamento de Resíduos da indústria de Alimentos do curso de graduação Engenharia de Alimentos	Alunos do curso de Graduação em Engenharia de Alimentos	25	5
BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira; IBRAHIN, Francini Imeni Dias. <b>Legislação Ambiental.</b> São Paulo: Érica, 2014. ISBN 9788536506395	Material de apoio para as aulas da disciplina de Tratamento de Resíduos da indústria de Alimentos do curso de graduação Engenharia de Alimentos	Alunos do curso de Graduação em Engenharia de Alimentos	25	5
BITTENCOURT, Cláudia; PAULA, Maria Aparecida Silva de. <b>Tratamento de Água e Efluentes:</b> Fundamentos de saneamento ambiental e gestão de recursos hídricos. São Paulo: Érica, 2014. Série Eixos. ISBN 9788536509167	Material de apoio para as aulas da disciplina de Tratamento de Resíduos da indústria de Alimentos do curso de graduação Engenharia de Alimentos	Alunos do curso de Graduação em Engenharia de Alimentos	25	5
ALENCAR, Newton. <b>Curso Produção de Embutidos:</b> Fabricação artesanal e escala industrial. 1.ed. Viçosa: UFV/CPT. (Cursos CPT). ISBN 978-85-466-0515-6	Material de apoio para as aulas da disciplina de Processamento de Carnes do Ensino Médio Integrado Técnico em Alimentos	Alunos do curso Ensino Médio Integrado Técnico em Alimentos	30	1
ROWLING, J. K. <b>Harry Potter e a pedra filosofal.</b> São Paulo: Rocco, 2000. ISBN 8532511015	Livro de literatura solicitado pelos alunos	Para todos os alunos do campus Valença, inclusive dos cursos integrados do Ensino Médio	60	1



		(Química e Alimentos)		
ROWLING, J. K. <b>Harry Potter e o cálice de fogo.</b> São Paulo: Rocco, 2001. ISBN 8532512526	Livro de literatura solicitado pelos alunos	Para todos os alunos do campus Valença, inclusive dos cursos integrados do Ensino Médio (Química e Alimentos)	60	1
ROWLING, J. K. <b>Harry Potter e a câmara secreta.</b> São Paulo: Rocco, 2001. ISBN 853251166x	Livro de literatura solicitado pelos alunos	Para todos os alunos do campus Valença, inclusive dos cursos integrados do Ensino Médio (Química e Alimentos)	60	1
ROWLING, J. K. <b>Harry Potter e a ordem da fênix.</b> São Paulo: Rocco, 2003. ISBN 853251622X	Livro de literatura solicitado pelos alunos	Para todos os alunos do campus Valença, inclusive dos cursos integrados do Ensino Médio (Química e Alimentos)	60	1
ROWLING, J. K. <b>Harry Potter e a criança amaldiçoada.</b> São Paulo: Rocco, 2016. ISBN: 978-85-325-3043-1	Livro de literatura solicitado pelos alunos	Para todos os alunos do campus Valença, inclusive dos cursos integrados do Ensino Médio (Química e Alimentos)	60	1
ROWLING, J. K. <b>Harry Potter e as relíquias da morte.</b> São Paulo: Rocco, 2007. ISBN	Livro de literatura solicitado pelos alunos	Para todos os alunos do campus Valença,	60	1

9788532522610		inclusive dos cursos integrados do Ensino Médio (Química e Alimentos)		
ROWLING, J. K. <b>Harry Potter e o enigma do príncipe</b> . São Paulo: Rocco, 2005. ISBN 8532519474	Livro de literatura solicitado pelos alunos	Para todos os alunos do campus Valença, inclusive dos cursos integrados do Ensino Médio (Química e Alimentos)	60	1
ROWLING, J. K. <b>Harry Potter e o prisioneiro de Azkaban</b> . São Paulo: Rocco, 2000. ISBN 8532512062	Livro de literatura solicitado pelos alunos	Para todos os alunos do campus Valença, inclusive dos cursos integrados do Ensino Médio (Química e Alimentos)	60	1

## 8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Considerando a solução escolhida, que envolve o maior desconto sobre o preço de tabela dos livros, para a formação do preço de referência, foi realizada uma ampla pesquisa de preços, junto às editoras dos livros, de modo a consultar o preço de capa de cada título.

Para a adoção do critério de desconto mínimo, foi realizado uma pesquisa entre resultados homologados em contratações similares dos órgãos públicos abaixo.

Pregão	UASG	Órgão	Quantidade estimada de livros	Percentual Homologado
01/2020	158498	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Campus Rondonópolis	800	37,5 % (item 11)
39/2020	150182	Universidade Federal Fluminense	6.070	38,03% (item 1)

61/2020	154069	Universidade federal de São João Del Rei	3.032	39,28% (item 1)
03/2020	158383	Instituto Federal do Alagoas/ Campus Palmeira dos Índios	4.043	39,63% (item 1)
01/2020	158973	IFCE – Campus de Maranguape	13.116	39,5 % (item 1)

Posteriormente, foi realizada uma análise dos descontos homologados nos pregões supracitados levando em consideração o quantitativo a ser adquirido pelo campus Valença, que é notavelmente menor à quantidade demandada nos pregões acima. Assim verificou-se que o percentual mínimo de desconto de 25%, estipulado no último pregão de livros do campus Valença (33/2019) atende ao interesse do campus e está de acordo com a pesquisa supracitada e deve ser mantido para a atual aquisição.

Sendo assim a estimativa do valor da contratação é de R\$ 24.289,60 (vinte e quatro mil, duzentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos) sem desconto e de R\$ 18.217,20 (dezoito mil, duzentos e dezessete reais e vinte centavos) considerando o desconto mínimo de 25% sobre o valor de capa dos livros.

#### **9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, SE APLICÁVEL**

O parcelamento da solução não é aplicável uma vez que trata-se de um único item.

#### **10. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES**

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes.

#### **11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE**

A presente contratação está prevista no Plano Anual de Contratações do CEFET/RJ de 2021, conforme relatório em anexo.

#### **12. RESULTADOS PRETENDIDOS**

Os resultados pretendidos envolvem garantir a economicidade, mediante a escolha do licitante que ofertar o maior desconto.

Além disso, pretende-se atualizar e ampliar o acervo da biblioteca, de modo a disponibilizar o material bibliográfico para os usuários, contribuindo para a construção do conhecimento, bem como o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das atividades acadêmicas.

### **13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO**

As providências envolvem a correta instrução do processo de aquisição por parte dos responsáveis técnicos, com observância das medidas e ações preventivas e de contingência elencadas no mapeamento de riscos em anexo.

Não foram identificadas necessidade de medidas com relação à adequação ao ambiente, uma vez que já existe estrutura adequada na Biblioteca para armazenagem e utilização dos materiais.

### **14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO;**

Não foram identificados possíveis impactos negativos, uma vez que a presente aquisição visa requisitos e critérios de sustentabilidade, tais como o acondicionamento do item embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

### **15. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade: De acordo com as informações levantadas ao longo desse estudo e considerando a importância da aquisição de material bibliográfico (livros em geral), que visam atender as bibliografias básicas e complementares dos cursos oferecidos no campus, é viável a contratação

### **16. RESPONSÁVEIS**

PÂMELLA PRISCILLA NEGRÃO BRAGA

Bibliotecária

RITA DE CASSIA NICOLAU DA SILVA LUZIA

Administradora

## **LISTA DE ANEXOS DO ETP**

Anexo I – Comprovante de Lançamento no PAC

Anexo II – Mapa de riscos

Filtros utilizados: Grupo: MATERIAL BIBLIOGRÁFICO

Nº Item	Tipo de Item	Subitem	Código do item	Descrição	Quantidade estimada	Despesa informada é somente para vincular aos itens orçamentários	Valor unitário estimado (R\$)	Valor total estimado (R\$)	Valor orçamentário estimado para o exercício (R\$)	Participação de recursos externos	Ação orçamentária	Grupo de Despesa	Renovação de contrato	Dependência de outro item	Item Vinculado	Grau de prioridade	Data de entrega	Situação do item
21325	Materiais e Serviços	PERMANENTE	150515	LIVRO	235	Não	194,20	45.637,00	-	Não	-	Investimento	NÃO	NÃO	Não Possui	Alta	01/07/2021	Incluído no PAC

Total: 1 item(s)  
Valor total dos itens: R\$ 45.637,00

PARA USO DO REQUISITANTE

MAPA DE RISCO DA AQUISIÇÃO

Planejamento da Contratação/Aquisição e Seleção do Fornecedor					
1. Fase da Análise:		RISCO			
ID	RISCO	Probabilidade do Risco	Impacto	DESCRIÇÃO DO DANO CASO OCORRER	AÇÃO PREVENTIVA PARA EVITAR O DANO
1.1	Licitação resultar deserta ou fracassada	Média	Alta	Atraso na aquisição dos itens e comprometimentos das atividades acadêmicas, trazendo prejuízos aos cursos.	1 ) Verificar as condições de mercado, antes da elaboração do edital. 2) Verificar e analisar outros processos licitatórios referentes à contratações similares
					AÇÃO DE CONTINGÊNCIA CASO OCORRA O DANO
					1.Revisar o edital; 2.Descobrir as falhas que levaram a licitação deserta / frustrada; 3.Repetir o processo sanando os vícios iniciais
1.2	Não entrega de itens pela contratada no prazo indicado no estudo preliminar.	Média	Alta	Comprometimento das atividades acadêmicas, trazendo prejuízos aos cursos.	Ação Preventiva para Evitar o Dano
					AÇÃO DE CONTINGÊNCIA CASO OCORRA O DANO
					Solicitar envio de Intenção de Aplicação de Penalidade, com Relatório de Entrega detalhado caso o Fornecedor demonstre atraso injustificável para entrega
1.3	Fornecimento de item com qualidade abaixo do necessário ou em desacordo com as especificações	Média	Alta	Não atendimento das necessidades do acervo da Biblioteca.	Ação Preventiva para Evitar o Dano
					AÇÃO DE CONTINGÊNCIA CASO OCORRA O DANO
					Revisão das especificações pelo REQUISITANTE Substituto
					Sector responsável pela ação de contingência
					1) Setor Solicitante
					Sector responsável pela ação de contingência
					1) Responsável Técnico Substituto

## MODELO DE PROPOSTA

- EMPRESA:
- CNPJ:
- ENDEREÇO:
- CIDADE/ESTADO:
- TELEFONE:
- E-MAIL PARA RECEBIMENTO DE EMPENHO:

Para fins de Pagamento:

- Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ C/Corrente: \_\_\_\_\_

Prazo de validade da proposta: \_\_\_\_\_ dias.

Prazo de entrega dos bens: \_\_\_\_\_ dias a partir do recebimento da nota de empenho referente à contratação.

Declaramos que no preço proposto estão incluídas todas as despesas ou encargos de qualquer natureza, resultantes do fornecimento dos bens licitados, considerando os itens a serem entregues no **CEFET/RJ**.

Declaramos, ainda, que concordamos com todos os termos do Edital do **Pregão Eletrônico SRP Nº 06/2021** e seus anexos.

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Percentual de desconto	R\$Total com desconto
1	Descrição do item				

Preço Total por Extenso:

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**Representante Legal da Empresa**



**DADOS CADASTRAIS DA EMPRESA**

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ/MF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ c/c: \_\_\_\_\_

**Dados do Representante Legal da Empresa:**

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

CPF/MF: \_\_\_\_\_ Cargo/Função: \_\_\_\_\_

Cart.Ident nº: \_\_\_\_\_ Expedido por: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_

**ASSINATURA**

\_\_\_\_\_  
[Nome do Representante Legal da Empresa]  
sócio, dirigente, proprietário ou procurador da Licitante,  
Cargo / Telefone

## MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA  
FONSECA**

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º .....

O **CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ**, com sede na Avenida Maracanã, nº 229 - Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro / RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 42.441.758/0001-05, neste ato representado pelo Diretor-Geral, Mauricio Saldanha Motta, nomeado pela Portaria MEC nº 165, de 24 de março de 2021, publicada no DOU de 25 de março de 2021, portador da matrícula funcional SIAPE nº 390990, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 06/2021**, publicada no DOU de ...../...../....., processo administrativo n.º . **23063.001412/2021-61**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de material bibliográfico, especificado no item 1.1. do Termo de Referência, anexo I do edital de **Pregão Eletrônico SRP nº 06/2021**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade,

fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )						
X	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Percentual de desconto	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ.

3.2. A presente Ata de Registro de Preços não possui órgãos participantes.

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

### 5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

### 6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4.O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5.Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6.Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7.O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8.O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9.O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. Por razão de interesse público; ou

6.9.2. A pedido do fornecedor.

## **7. DAS PENALIDADES**

7.1.O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

- 7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).
- 7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **8. CONDIÇÕES GERAIS**

- 8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.
- 8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2013.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

....., ..... de .....de .....

Assinaturas

**MAURICIO SALDANHA MOTTA**  
Diretor-Geral do CEFET/RJ

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es) registrado(s)